

# INFÂNCIA, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA EM *O SOM DO RUGIDO DA ONÇA*

Clara do Prado Patricio<sup>1</sup>

Milena Barros Tavares<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, analisamos uma textualidade do domínio da literatura no interior da Análise de Discurso, a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Entramos analiticamente no texto pela narratividade, na leitura da obra *O Som do Rugido da Onça*, de Micheline Verunschik, cujo fio-condutor é o sequestro e tráfico de duas crianças indígenas. Temos como objetivo analisar como a branquitude se discursiviza na formação social da infância, considerando os atravessamentos ideológicos que constituem tais sujeitos. Perguntamos: “Como a branquitude se dá na formação social da infância, tanto nas crianças brancas europeias como no contexto brasileiro?”. Mobilizamos a teoria materialista do discurso, funcionando pelo movimento pendular entre teoria e análise. Com isso, compreendemos que as identidades das crianças são marcadas tanto pela branquitude quanto inscritas na resistência indígena, constituindo-se por um movimento de narratividade que produz efeitos de pertencimento e inscrição histórica, mesmo em condições atravessadas pela colonialidade.

Palavras-chave: Pêcheux. Análise de Discurso. Literatura. Indígena. Identidade.

## CHILDHOOD, RESISTANCE AND MEMORY IN THE SOUND OF THE JAGUAR'S ROAR

**Abstract:** In this article, we analyze a textuality from the literary domain within Discourse Analysis, based on Michel Pêcheux and Eni Orlandi. We analytically approach the text through narrativity, in the reading of *The Sound of the Jaguar's Roar*, by Micheline Verunschik, whose guiding thread is the kidnapping and trafficking of two Indigenous children. Our objective is to analyze how whiteness is discursivized in the social formation of childhood, considering the ideological crossings that constitute such subjects. We ask: “How does whiteness operate in the social formation of childhood, both among white European children and in the Brazilian context?” We mobilize the materialist theory of discourse, operating through a pendular movement between theory and analysis. Thus, we understand that the children's identities are marked both by whiteness and by Indigenous resistance, being constituted through a movement of narrativity that produces effects of belonging and historical inscription, even under conditions shaped by coloniality.

Keywords: Pêcheux. Discourse Analysis. Literature. Indigenous. Identity.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos Linguísticos (UFPR). E-mail: clappatricio@gmail.com>

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos Linguísticos (UFPR). milena18barros.05@gmail.com

## Introduzindo questões

Neste texto, tomamos como objeto uma textualidade do domínio da literatura, embora não tenhamos como objetivo adentrar esse campo teórico. Filiamo-nos à Análise de Discurso, a partir de Michel Pêcheux, e aos desdobramentos e transformações da teoria materialista do discurso propostos por Eni Orlandi e por pesquisadores vinculados a esse campo teórico. Interessa-nos, então, colocar em suspenso o funcionamento da memória, considerando as repetibilidades, a filiação dos sujeitos e o conseqüente funcionamento da ideologia em práticas sociais.

Assim, na esteira de Eni Orlandi (2017), afastamo-nos da retórica e, por isso, entramos analiticamente no texto pela narratividade, como funcionamento da memória (constituída), que ele engendra na leitura da obra *O Som do Rugido da Onça*, de Micheline Verunschik, publicado pela primeira vez em 2021. O acontecimento fio-condutor da obra é o sequestro e tráfico de duas crianças indígenas, em 1820.

Essas crianças foram enviadas à Europa, e esse destino não é indiferente aos efeitos de sentido dessa textualidade, possibilitando-nos pensar em análises de entremeio. Isso significa, de acordo com Eni Orlandi (2017, p. 19), considerar a relação entre diferentes disciplinas, suas práticas e seus conceitos, sem, contudo, “neutralizá-las em uma só coisa. São distintas e independentes”. Trata-se, portanto, de campos que se entrelaçam — a teoria materialista do discurso, a Literatura e as questões de gênero.

Se, na narratividade, nos inquietamos com as relações entre as personagens, propomos responder à seguinte questão: como a branquitude é discursivizada na formação social da infância de crianças brancas europeias e não brancas no contexto brasileiro? Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar como a branquitude se discursiviza na formação social

da infância, a partir da sequência discursiva em questão, considerando os atravessamentos ideológicos que constituem tais sujeitos.

Com isso, e em consonância com o nosso objeto e com a questão de pesquisa, destacamos que a teoria materialista e a literatura se cruzam no que tange ao social, ao trabalho com a linguagem, como diz Barthes (2004), subvertendo a língua, considerando os processos discursivos (metáforas, paráfrases, entre outros).

Para fins de análise, tomamos a sequência discursiva (SD) “o sequestro e tráfico de duas crianças indígenas à Europa”, buscando os deslocamentos possíveis desse enunciado. Para dar conta dos objetivos e responder à questão de pesquisa, mobilizamos conceitos da Análise Materialista do Discurso e, conforme descrito por Petri (2013), entremeamos teoria e análise em um movimento de idas e retornos concomitantes, metaforizado pelo pêndulo.

## Entremeando teoria e análise

Trabalhamos com o conceito de memória e com a repetibilidade, quais sejam: registros dos primeiros navios negreiros aportados em território brasileiro, com pessoas escravizadas da África, no início do século XVI, em 1530. Essa violência continua e o que o texto literário nos traz é o tráfico de povos subjugados pela branquitude europeia quase 300 anos depois. A própria continuidade da relação entre colonizadores e colonizados nos colocam frente a mecanismos ideológicos reiterados em momentos históricos distintos.

A reiteração, de acordo com Nunes (2005) indica deslocamentos, rupturas e movimentos constitutivos de efeitos de sentidos articulados à historicidade, ao modo como a história funciona na Análise de Discurso (AD) pela exterioridade. Esse movimento permite que se compreenda a partir das condições de produção em sentido

amplo as interpelações ideológicas, funcionando no texto como um todo e não só nas sequências discursivas, como aquela que trouxemos.

As formações discursivas nas quais os sujeitos em movimento se inscrevem são sustentadas pela narratividade do texto literário e decorrem da interpelação ideológica, que naturaliza práticas de discriminação no romance *O Som do Rugido da Onça*. Podemos dizer que tais práticas reverberam no interdiscurso, conforme Eni Orlandi (2001), ressoando por meio de pré-construídos, nos termos de Michel Pêcheux ([1975] 2009), isto é, como aquilo que fala antes, produzindo efeitos de presença mesmo na ausência.

Desses fenômenos, destacamos os deslocamentos a partir da SD e aquilo que aparece como evidência pelo funcionamento da ideologia, fazendo com que o sentido seja tomado como transparente. Para isso, desloca-se:

1) o destino: não chegam ao Brasil e sim o deixam;

2) o sujeito: trata-se de sequestro e tráfico de pessoas indígenas, uma identidade submetida “à invisibilidade e à irrelevância na história oficial” (Baniwa, Gersem, 2022) brasileira, também no que diz respeito aos processos de memória da escravização.

3) mais uma vez o sujeito: são crianças e “crianças” são designadas na obra. A associação entre infância e escravização encontra afastamentos porque ou se dá visibilidade histórica aos adultos escravizados, ou retira-se das crianças esta marcação identitária. Vale dizer que se retira das pessoas escravizadas a marcação identitária da humanidade, de modo geral.

Os deslocamentos apontados resultam em inquietações que nos levam à nossa questão de análise, de “*Como a branquitude se dá na formação social da infância, tanto*

*nas crianças brancas europeias como no contexto brasileiro?*”. Essa questão pode ser sintetizada em outro questionamento: “Na infância, já há branquitude?”. A partir dessa pergunta, investigamos a formação social das crianças brancas europeias na obra e traçamos aproximações (seriam repetições?) e afastamentos (deslocamentos? rupturas?) com a formação social das crianças brancas nas condições de produção brasileira, havendo uma continuidade de sujeitos e discursos orientada pela colonialidade.

Colocar em suspenso os efeitos de evidência faz parte dos gestos de leitura e de análise do texto, como discurso, buscando o que ressoa desde o interdiscurso, o que da história funciona como historicidade e das tomadas de posição da nossa posição, enquanto analistas: “o sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição interpretativa. O sujeito leitor que se relaciona criticamente com sua posição, que a problematiza, explicitando as condições de produção da sua leitura, compreende” (Orlandi, 1999, p. 116).

Tendo em conta a nossa inscrição na formação geográfica e étnico-racial brasileira – somos três analistas brancas, duas sulistas e uma nortista – buscamos construir um dispositivo – conjugando o dispositivo teórico de interpretação e o dispositivo analítico – voltado à compreensão da formação social da branquitude na infância, no contexto da colonialidade, já que nos vemos deslocadas de um Brasil colonial escravocrata, na primeira repetição identificada; a um Brasil colonizado de cujo território são sequestradas e traficadas crianças indígenas para uma Alemanha monárquica, no século XIX; até a configuração contemporânea que nos coloca frente à formação discursiva (FD) da colonialidade, tensionada constantemente pela heterogeneidade movida, muitas vezes, pelos movimentos sociais, artes e academia, a quem também recorremos.

## **Iñe-e e Juri: “Eram crianças que aquele branco queria”**

Em *O Som do Rugido da Onça*, a narratividade funciona por focos e lugares de sujeitos em suas inscrições: em primeira e em terceira pessoa, há a perspectiva dos povos indígenas Miranha e Juri; de Tipai uu, a onça; de cientistas alemães; e da corte, da mídia e da medicina europeia, no período em que se passa o enredo; e, em um breve momento do século XXI, de Josefa, uma mulher indígena que vive em São Paulo.

Entrelaçando focos e lugares, são-nos apresentadas duas crianças, Iñe-e e Juri, que foram raptadas de seus territórios e têm seus nomes e destinos — de encantados e guerreiros — sequestrados. Iñe-e, neta do xamã de seu povo, cresce sob destinações coletivas, como “os ritos das comidas, os usos da açacurana, o preparo do curare” (Verunsch, 2021, p. 12). Mantém, ainda, uma relação íntima com os rios e as águas e, nos movimentos de sentido que atravessam o título da obra, apreendemos sua relação com a onça: desde o dente do animal, dado por seu avô, até a Onça Grande, Tipai uu, que a protege, culminando em seu próprio encantamento como Uaara-Iñe-e.

A aproximação dos brancos insere uma nova FD no território indígena Miranha, mas não em sua cosmovisão. Conhecemos Martius e, assim, o sujeito branco – e os efeitos de sentido provocados pela sua chegada: explorador, poderoso X ignorante, fraco, “feio”:

Até que se deu a chegada daquele homem desconhecido. Ele viera em uma grande comitiva como se fosse um grande chefe. Havia três montarias, um pequeno séquito de escravos, caçadores e pescadores a seu dispor, e muitos outros homens, entre eles um parente e um outro branco já conhecido do povo miranha. Esse branco, sempre com as armas postas na cintura, era muito animado, falador, conhecedor da floresta e das gentes de origem dela. Uma comitiva de muitas canoas fora anunciada dias antes pelos vizinhos, mas a embarcação do desconhecido, que era a principal, veio coberta de folhas de tamarica, para protegê-lo do sol, e só isso já indicava sua importância. Doze homens remavam para ele, uns da nação dos

coerunas e outros da nação dos macunás. O homem que era como um grande chefe tinha um aspecto lastimável, por estar doente parecia que houvesse sido banhado na tintura rubra do achiote. Picadas dos carapanãs formavam calombos em seu corpo, e Iñe-e achou que aquele era um homem muito feio (Verunsch, 2021, p. 13-14).

As tensões e relações de força produzidas pelos encontros discursivos desaguam em processos de desidentificação e contraidentificação, nos termos de Michel Pêcheux ([1975] 2009). Um caso central é o do pai de Iñe-e: “Iñe-e escutara uma vez as mulheres, sua mãe entre elas, dizendo que o pai pegara a doença dos brancos e que estava se tornando um estrangeiro em sua própria nação” (Verunsch, 2021, p. 15). Na negociação entre esse pai e Martius, “firmaram acordo sobre a venda de sete crianças. Mas o homem branco deixaria o porto dos Miranhas levando consigo oito vidas. Iñe-e fora dada como presente” (Verunsch, 2021, p. 16).

Juri, por sua vez, é um menino de seu povo, destinado a suceder o pai na vida na floresta. Com ele, repete-se, no século XIX, o que já se observa no percurso de Iñe-e e, em outra escala histórica, nos processos de captura e deslocamento de povos africanos, raptados de seus territórios e destinos desde o século XVI. Martius narra:

[...] o capataz me mostrou os índios sob o comando do seu senhor, dos quais me foi permitido escolher um, que me atrevi a mostrar na Europa e educar à humanidade europeia. Na manhã antes da nossa partida, os índios homens apareceram enfileirados no pátio da frente da casa. Apontei para um belo menino Juri, o capataz o tirou da fila. Era filho do líder de uma horda indígena que morrera em combate (Verunsch, 2021, p. 24).

Acompanhamos, ainda, a violência, exploração, adoecimento, a perda de seus nomes, suas memórias e suas vidas, na Europa: “[...] ele é Johann, do povo Juri, e ela, Isabella, do povo Miranha. Ou tão somente Miranha e Juri, dois

rostos sem corpo, dos nomes sem história”. Vale dizer que a cosmovisão Miranha e a narratividade do livro dão continuidade à vida encantada de Iñe-e como Uaara-Iñe-e, quando a menina se vê onça, novamente na floresta e próxima de seus rios e águas, construindo identificações e sinalizando para traços de individuação da comunidade. Entre um e outro desses fatos narrados, assistimos ao encontro, e seus efeitos, verdades e discursos, entre as crianças indígenas e crianças brancas da corte europeia.

### **Na infância, já há branquitude?: “Uma coisa assombrosa”**

As crianças, em si, são historicamente significadas como seres incompletos, em transição para a vida adulta. Se, em termos universais, foram muitas vezes invisibilizadas, conforme aponta Manuel Sarmiento (2008), a marcação étnico-racial as diferencia. Grada Kilomba (2019, p. 79) aborda o mecanismo da animalização, pelo qual “[...] o sujeito negro torna-se a personificação do animal – a/o selvagem”. A associação entre indígenas e o “selvagem” também se mostra recorrente, sustentada por uma memória colonial que os inscreve em uma posição-sujeito marcada pela inferioridade, pela negação de humanidade e pela necessidade de tutela.

Podemos observar esse funcionamento discursivo, por exemplo, em textos jurídicos dos séculos XIX e XX, nos quais o indígena é designado como “silvícola” — termo que significa “habitante da selva”. Trata-se de um eufemismo que suaviza a ideia de “selvagem”, mas mantém efeitos de sentido de não pertencimento à comunhão nacional (Soares; Zattar, 2022).

Esse modo de inscrição jurídica atualiza o olhar colonial que, desde os relatos do descobrimento, produzia o indígena como próximo do animal (selvagem) e distante

do humano (humanidade), justificando sua subordinação e apagando sua condição de sujeito de direitos. Mais uma repetição colonial que aproxima a negritude e os povos originários, estes últimos, muitas vezes, ausentes nas teorias que discutem a formação social e discursiva. O texto literário, entretanto, exhibe esse tratamento:

A travessia do mar para os prisioneiros era uma coisa totalmente diferente do que era para os cientistas, muito embora para uns e outros fosse conflitiva. [...] Os bichos foram os primeiros a morrer. Em seguida, as crianças. O caminho do mar transformado em uma vala comum e inconstante. Crianças e bichos, todos tombados na água sem nenhum ritual [...] E uma a uma as crianças foram falecendo, até que sobrassem de pé apenas ela e o menino Juri (Verunschck, 2021, p. 31).

Identificamos aqui o deslocamento dos sentidos atribuídos às crianças, quando estas não são brancas, e reiterações de lugares sociais e discursivos a elas atribuídos, neste caso, pela analogia que aproxima pessoas e crianças negras e indígenas de animais e, mais, objetos: “Logo nos primeiros dias após sua chegada, as filhas mais novas do rei elegem Iñe-e e o menino Juri como seus novos brinquedos” (Verunschck, 2021, p. 53).

Essa analogia se desdobra nas relações de dominação entre povos e classes subalternizadas e povos e classes dominantes. Conforme Sema (2019, p. 76, apud Ferreira, 2021, p. 8), “[...] ao longo da história, o ser humano tem definido o animal em relação a si mesmo, e, por isso, as características dos animais têm sido vistas como uma negação das características humanas — o não humano, o Outro”. Essa construção do Outro não se limita à relação humano/animal, mas se expande para a compreensão de mundo, sustentando processos de hierarquização e exclusão.

Nesse sentido, identificamos uma continuidade discursiva — do século XVI ao XXI — e seus efeitos no cotidiano, por meio da

linguagem e do discurso, na manutenção desses mecanismos de força.

No âmbito da infância, a universalização da branquitude em espaços vinculados às empreitadas colonialistas (século XVI), à monarquia (XIX), à educação e à arte (XXI), entre outros, no contexto da modernidade/colonialidade, produz a atribuição da outridade às identidades étnico-raciais não hegemônicas. Ao pensarmos em *Iñe-e* e *Juri*, crianças indígenas, observamos a formação de conflitos que envolvem expectativas de vida adulta, processos de segregação e (des)identificação com seu grupo étnico-racial. Tais conflitos, ao serem vivenciados em um mundo exterior branco, afetam suas subjetividades. Das reações desses personagens trataremos na próxima seção. Neste momento, voltamos nossa análise à construção da branquitude na infância, a partir e para crianças brancas.

Na obra, tendo como destino laboratórios e museus para fins de pesquisa, compondo outro ponto da complexa rede, também discursiva, de racismo retratada no livro, aqui em sua dimensão científica, e o castelo do rei, para entretenimento da corte — configurando o racismo recreativo —, as crianças são colocadas frente às filhas e aos filhos do monarca. Como demonstrado, são tomadas como brinquedos pelas crianças brancas. No entanto, se, com brinquedos, objetos inanimados, a relação estabelecida se dá de modo cuidadoso e afetuoso:

Além do mais, as filhas do rei possuem bonecas, filhas que não se mexem, meninas em tudo iguais a elas, de peles muito pálidas, de cabelos e olhos claros, mas muito pequenas. [...] As filhas do rei tratam essas bonecas com muito carinho e suas vozes se tornam mais finas quando falam com elas. Uma coisa assombrosa (Verunsch, 2021, p. 54).

Com *Iñe-e* não se passa o mesmo: “[...] puxam-na pelos braços, insistem em pentear

seu cabelo e repetem palavras [...]”. Como as bonecas, entretanto, a menina não reage” (Verunsch, 2021, p. 54). Discursivamente, são produzidos movimentos de sentido, pelas crianças brancas, que retiram a subjetividade das crianças indígenas e as reduzem a objetos. Kilomba (2019) identifica nisto efeitos de poder e violência. Nesta dinâmica, constituem-se percepções de autoimagem que valoram a identidade branca e subjagam a identidade indígena, mesmo na infância.

A formação social da branquitude, mesmo na infância, insere-se na formação discursiva da colonialidade, em um movimento de retroalimentação que fortalece subjetividades e identidades brancas como norma, isto é, como hegemonia. Trata-se do “construto ideológico no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista” (Silva, 2017, p. 27). Nesse funcionamento, sujeitos não brancos são significados de diferentes modos: tornam-se experimentos para cientistas, animais para tripulantes, troféus para a corte alemã e brinquedos para as crianças.

Esse imbricamento discursivo constitui o sujeito da infância branca como universal, aquele que detém vantagens simbólicas e materiais, ao mesmo tempo em que as protege e as reproduz no interior de seu grupo.

### **Na infância, já há resistência? “a menina está diferente”**

Das reações de *Iñe-e* ao seu tratamento como boneca, pelas filhas do rei, “toda aquela festa e ajuntamento de curiosidade a enfadam. O cansaço que se sente tem o peso de muitos fardos” e “*Iñe-e* sente-se cansada e tudo aquilo a molesta” (Verunsch, 2021, p. 51; 54), demonstrando a percepção dos processos de objetificação. As pistas de *Iñe-e* e *Juri* nos acompanham no livro, e em gestos de leitura

atentos aos sentidos inscritos na história do livro e do Brasil, encontramos produções discursivas de resistência distintas em Iñe-e e Juri.

Neste ponto, a marcação repetitiva da adversidade e da oposição dos comportamentos das personagens nos inquieta: “Ao contrário do menino, naturalmente curioso e vivaz, Iñe-e evita olhar os brancos diretamente. Espreita-os de soslaio, o suficiente para intuir quem são” e “Quando se aborrecem com Iñe-e, a abandonam por alguns momentos, trocando-a pelo menino Juri, que às vezes se mostra mais receptivo [...]. Mas nem sempre” (Verunsch, 2021, p. 50; 54).

Recorremos, uma vez mais, a teorias étnico-raciais que discutem a negritude por entender a filiação discursiva e ideológica comum do racismo colonial. Assim como os pretos velhos foram retratados, papel desempenhado significativamente pelo registro escrito e literatura de autoria branca, como passivos e submissos, na nota publicada pelo seu falecimento em jornal alemão, a vida e morte de Juri são assim descritas:

Faleceu o jovem indígena Johann Juri a quem os cientistas doutores Von Spix e Von Martius libertaram do cativo no Brasil e trouxeram para esta cidade de Munique. Sua morte foi consequência de uma pneumonia crônica e de supurações causadas pelo estranhamento ao nosso clima. Ele suportou essa doença duradoura com muita tranquilidade, mantendo o caráter calmo que sempre demonstrou. Morreu tão gentilmente quanto viveu (Verunsch, 2021, p. 69-70).

Aproximam-se as percepções de passividade, submissão e gentileza. Não nos escapa que os comportamentos de Juri com os cientistas, com a corte e com as crianças brancas colocam-no no extremo oposto do indígena selvagem que, para Santos e Soares (2021), está na metáfora da domesticação que serve tanto aos povos originários, quanto à própria floresta. Como os autores, buscamos práticas que, sufocadas pelos atos de resistência direta e

objetiva, dão ao menino Juri a possibilidade de encontrar ar para respirar.

Conceição Evaristo, em entrevista à Camile Bopp (2020) identifica que para continuar vivendo, a população escravizada, no contexto do racismo científico e recreativo, e mesmo os modos de transporte, o tráfico, e a exploração dos corpos de Juri e Iñe-e, identifica-se o processo de escravização, fazia o possível. Este possível era expressado pela engenhosidade. A passividade, palavra da autora, e a gentileza, como se descreve Juri, são engenhosidades para escutar mais, saber mais e viver mais, são, então, também expressões de resistência.

Para Iñe-e, a resistência se materializa no silêncio: não falar, não interagir e nem mesmo olhar para o céu da Baviera, significam uma forma de recusa ao mundo colonial e ao seu destino traçado pelos colonizadores. “Quando Iñe-e pisa no chão de Munique, ela não olha para o céu nem para as construções dos brancos, que a tornaram simultaneamente arrogante e feia, como toda cidade dos inimigos se figurava para ela” (Verunsch, 2021, p. 37). O silêncio de Iñe-e encontra ecos nas discussões feitas por Luiz Eloy Terena (2021) ao discutir a respeito da resistência indígena: formas de luta que nem sempre se expressam no confronto direto, mas também em práticas que negam a assimilação e afirmam a existência diante das tentativas coloniais de apagamento.

A resistência indígena, nesse sentido, pauta-se por uma diversidade de modos de viver; existir, para os povos indígenas, é o próprio ato de resistir diante de condições sociais e históricas marcadas por políticas de extermínio e/ou de etnocídio. O uso da língua própria de seu povo, a resistência ao uso da língua portuguesa e ao conseqüente apagamento da língua materna, bem como o uso de cocares, pinturas e instrumentos, representam esse gesto de (re)existir.

Trata-se de um funcionamento de ruptura no interior da formação discursiva hegemônica, em que a resistência é aquilo que falha, que escapa pelas fissuras; é o ritual que falha, conforme Michel Pêcheux (2012, p. 17).

E acrescentamos que até as últimas consequências a interpelação ideológica, como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas também o ponto em que um ritual chega a quebrar no lapso ou no ato falho

E acrescentamos que, até as últimas consequências, a interpelação ideológica, como ritual, supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas também o ponto em que um ritual chega a quebrar no lapso ou no ato falho Pêcheux (2012). Nessa direção, é justamente nessa falha — no lapso, no deslocamento — que se torna possível apreender a emergência da resistência, como aquilo que escapa ao funcionamento pleno da interpelação.

Ainda que, atravessada pelo pensamento de vingança e de morte contra aqueles que a levaram para longe de casa, “[...] ela não mais Iñe-e, uma menina-jaguar, mataria sim. Mataria os cientistas que se faziam de donos. Primeiro arrastaria os dois pelo cangote, depois partiria duas colunas a dentes.” (Verunschck, 2021, p. 38). O silêncio, como gesto simbólico e político, foi sua maneira de resistir, ressoando com o que Ailton Krenak (2019) chama de adiar o fim do mundo: resistir pela recusa e pelo recolhimento, sustentando outras formas de existir diante da violência colonial.

Entretanto, é na figura de Uaara-Iñe-e, junto à Tipai uu, que se concretiza a vingança e que se inverte o poder na disputa de forças pela vida e pela morte, entidades (re)conhecidas,

“ninguém que se atreveu a se embrenhar em mata a mó de caçar Tipai uu e Uaara-Iñe-e, porque de um jeito ou de outro sabiam que as duas eram encantadas” (Verunschck, 2021, p. 96).

A elaboração dos sentimentos e percepções da menina, menina-onça nos é apresentada:

Uaara-Iñe-e saiu de dentro d’água com Onça Grande, Tipai uu. Uaara-Iñe-e não figurava mais nem como a menina que tinha sido nem como a onça nova em que há muito pouco tinha se transformado. Ela saiu do igapó como onça muito velha, onça que sabia ter reiva, e ódio suçaraneando dentro dela andejava pelo caminho do sangue (Verunschck, 2021, p. 106).

Uaara-Iñe-e sobressai o sujeito da infância e ocupa uma posição da cosmovisão Miranha em confronto com a FD moderna-colonial: assiste à morte de Spix e mata Martius. Nestes excertos, identificamos a discursivização da resistência (1) dentro de uma mesma FD e (2) em sua contraidentificação.

(1) Juri, passivo e gentil e Iñe-e, silenciosa e distante, presos às posições de objetos e animais às crianças atribuídas, resistem ainda mantendo-se no campo material e discursivo da modernidade e colonialidade. Operam suas engenhosidades para sobreviver. Não sobrevivem. De sua morte e do sentimento de vingança - “[...] a vida não é considerada por eles um grande bem, e a morte lhes é indiferente. Com ela, tudo se acaba; só sobrevivem o ódio e a vingança como espectros atormentadores (p. 26) - é produzida a contraidentificação discursiva, conforme

(2) Uaara-Iñe-e escapa da ordem violenta colonial e cria outra ordem de violência, poder e vida. Este segundo ponto poderia ser explorado, ainda, mas esse não é nosso foco, sugerimos, entretanto: (2.a) pensar a redistribuição de violência (Mombaça, 2021); e (2.b) as relações entre essa narratividade e a biopolítica (Foucault, 1988) e a necropolítica (Mbembe, 2018).

## Considerações finais: “há uma criança aqui”

Suspender o funcionamento da memória, tendo como horizonte a análise dos atravessamentos ideológicos no texto literário, implica concebê-lo como narratividade e como funcionamento de uma memória constituída. Esse gesto nos conduz a um exercício analítico fundado em processos de leitura que envolvem aproximações e afastamentos.

Tomamos a SD “o sequestro e tráfico de duas crianças indígenas à Europa” e, a partir dela, construímos um eixo estruturante para o nosso olhar sobre as crianças na obra, que se divide em dois afluentes.

O primeiro traz inquietações sobre a formação social e discursiva da branquitude na infância: as repetibilidades ao longo da história (colônia, monarquia, democracia - tempos e organizações pelas quais percorremos nesta análise), e o uso reiterado dos mecanismos de objetificação e animalização para os corpos das crianças indígenas, percepção que poderia ser expandida para toda identidade étnico-racial que não a hegemônica, indica-nos uma resposta à pergunta: sim, na infância, já há branquitude.

Esta resposta funciona como gancho para o segundo caminho que navegamos: observamos os mecanismos de resistência colocados em funcionamento, também na infância, também por crianças, voltando-nos agora aos indígenas, Iñe-e e Juri. Como à primeira questão, para esta também temos uma resposta afirmativa: sim, na infância, já há resistência.

Parece-nos que nas relações multi-étnicas e raciais, as duas respostas caminharão juntas: se há branquitude, as outridades produzirão resistência. Também quando crianças.

Assim, retomamos a narratividade como funcionamento da memória que se inscreve nos processos identitários, diferenciando do processo de contar ou narrar uma história. Nesse sentido,

acompanhamos a formulação de Orlandi (2017, p. 30) a “narratividade como a maneira pela qual a memória se diz em processos identitários”, apoiados em modos de individualização do sujeito, afirmando e vinculando sua existência a espaços de significação. Desse modo, no livro *O Som do rugido da onça* verificamos que as identidades das crianças, são marcadas tanto pela branquitude, quanto inscritas na resistência indígena, sendo construídas por esse movimento de narratividade, que dá existência, gestos de pertencimento e de inscrição histórica aos sujeitos, mesmo em condições de produção atravessadas pela colonialidade.

## Referências

BANIWA, Gersem. História indígena: do mundo em extinção ao mundo dos mundos. *Revista Rosa*, v. 6, 2022.

BROPP, Camille. “Jogo de cintura foi estratégia do negro para sobreviver”, diz Conceição Evaristo na abertura do Copene 2020. Notícias UFPR. Publicado em 9 de novembro de 2020, 2020.

FERREIRA, Natalia. Colonialidade da linguagem, pedagogia da crueldade e referente ausente. *Mosaico*, v. 13, n. 20, 2021.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo no cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

- MOMBAÇA, Jota. Não Vão nos Matar Agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NUNES, José Horta. Leitura de Arquivo: historicidade e compreensão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2. Anais [...]. Porto Alegre: SEAD, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccineli. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: 2001.
- ORLANDI, Eni. Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, Eni. Eu, tu, ele: o real da história. Campinas: Pontes, 2017. p. 29-48.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel (1975). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp: 2009.
- PÊCHEUX, Michel. (1990) Delimitações, inversões, deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 19, p. 7–24, 2012. DOI: 10.20396/cel.v19i0.8636823.
- Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>.
- Acesso em: 14 de abril de 2026
- PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (org.). Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 37-48.
- SANTOS, Gilton Mendes; SOARES, Guilherme Henrique. Amazônia Indomável: relações fora do alcance da domesticação. Mundo Amazônico, v. 12, n. 1, 2021.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares (Org.). Estudos da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-39.
- SILVA, Priscila Elizabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.
- SOARES, Neures Batista de Paula; ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. A designação do índio nas relações integrativas de enunciados da Lei 6.001/73. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, v. 25, n. 49, p. 80–107, jan./jun. 2022. DOI: 10.20396/lil.v25i49.8665483. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8665483/29508>. Acesso em: 8 set. 2025.
- TERENA, Luiz Eloy. Movimento e resistência indígena no contexto pandêmico brasileiro. Trabalho Necessário, Niterói, v. 19, n. 38, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52886>
- VERUNSCHK, Michelyny. O Som do Rugido da Onça. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

**Submissão: abril de 2026**

**Aceite: abril de 2026.**